

Ata nº. 11/2014

No dia vinte e nove de outubro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão extraordinária a Junta da Freguesia de Ermesinde, com a presença do Presidente Luís Miguel Mendes Ramalho e dos Vogais, Sónia Isabel Leite Ferreira da Silva, Teresa Marta Correia de Sousa Raposo da Silva Teixeira, Maria Esmeralda Correia de Carvalho, João Fernando da Costa Morgado, Adelino Joaquim Machado Soares e Carla Celeste Magalhães Mendonça de Sousa. -----

A reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um – Tomada de posição sobre a proposta da Câmara Municipal de Valongo relativamente aos Acordos de Execução; -----

Ponto dois – Prescrição a favor da freguesia de jazigos, sepulturas perpétuas e mausoléus considerados abandonados. -----

O Sr. Presidente cumprimentou os restantes membros do Executivo e foi dada entrada na Ordem de Trabalhos. -----

Ponto um – Tomada de posição sobre a proposta da Câmara Municipal de Valongo relativamente aos Acordos de Execução; -----

Começa então por referir que este processo foi já discutido em sede deste Executivo bem como na Assembleia Municipal, pelo que faltam cerca de dois meses para que a Câmara exiba o estudo que se comprometeu a apresentar sobre a transferência das competências previstas no nº 2 do artigo 132º. Diz também que neste assunto houve já várias cedências, bem como avanços e recuos na negociação. É da opinião que a Junta não deve assinar os Acordos de Execução antes de a Câmara apresentar o referido estudo de modo a nessa altura poder ser negociada a delegação de competências em bloco. Considera que é condição para a execução do nº 1 do referido artigo que ou haja simultaneamente a transferência da competência prevista no nº 2 ou que esta seja prevista a curto ou médio prazo. -----

O Vogal João Morgado tomou a palavra para dizer que tendo em conta o longo período de discussão que este assunto tem tido, as alterações propostas pela Junta de Freguesia aceites pela Câmara Municipal, bem

como a declaração escrita que esta última assumiu onde se compromete, no prazo de sessenta dias, a comunicar o estudo pedido, assim como a tomada de posição dos elementos da Assembleia Municipal, onde fazem parte o Presidente da Junta e o Vogal Adelino Soares, e que aprovaram por unanimidade a proposta apresentada, é da opinião que se deve retificar a tomada de posição da Junta de Freguesia que ocorreu em Maio deste ano e assinar os Acordos propostos. -----

Neste ponto da discussão, o Sr. Presidente aproveita para dizer que em Assembleia Municipal votou a favor dos Acordos de Execução, e tendo feito uma declaração de voto nesse sentido, apenas porque os elementos da Assembleia não aprovaram a votação em separado de cada acordo, possibilitando-se assim, que fossem votados favoravelmente os acordos das restantes freguesias e contra o acordo referente a Ermesinde. Lembra os restantes elementos do Executivo que todos estiveram reunidos analisando contabilisticamente a viabilidade deste acordo tal como proposto e verificou-se que sem a transferência das competências relativas ao nº 2 do artigo 132º, poderia a Junta de Freguesia ficar numa situação financeira menos confortável. Diz ainda que, se o Acordo for agora aceite, é da opinião que se esteve a votar contra anteriormente desnecessariamente, pois sem que haja qualquer alteração por parte da Câmara Municipal, estaríamos dispostos a concordar com os termos apresentados. -----

O Vogal João Morgado não concorda com esta opinião dizendo que a Junta de Freguesia apresentou já a sua posição de força, até porque existiram alterações que foram acatadas pelo Município. Considera que, sendo o Acordo para assinar, tal deverá ser feito de uma vez por todas, sem protelar ainda mais este assunto. -----

O Sr. Presidente lembra que será sempre necessário instalações para o novo pessoal e que tal terá um custo muito elevado, o que poderá fazer com que a Junta de Freguesia tenha que transferir verbas para suportar as competências. -----

O Vogal Adelino Soares é da opinião que, quanto a este assunto, o Executivo da Junta fez um bom trabalho, justificando e analisando os valores propostos. Tal não significa, no entanto, que continuemos neste impasse, sendo da opinião que é necessário obrigar a Câmara Municipal a tomar uma posição clara quanto ao estudo sob a forma de transmissão do nº 2, apresentando-o rapidamente, bem como sugerindo que tal seja exigido mesmo em sede de Executivo Camarário. -----

O Vogal João Morgado mostra o seu descontentamento pelas alterações discutidas em sede de Executivo da Junta terem, no final, sido apresentadas pelos Vereadores da Câmara Municipal eleitos pelo PSD, sem que essa informação fosse previamente passada à Junta de Freguesia, uma vez que o Sr. Presidente da Junta tinha ficado de as apresentar diretamente à Câmara até terça-feira, o que não fez. Questionado na altura sobre a razão do não envio, o Sr. Presidente alegou ter tido um problema informático que impossibilitou o envio, resposta que não satisfaz o Vogal João Morgado que é da opinião que tal não tinha sido enviado para que pudesse ser entregue aos Vereadores do PSD pertencentes ao Executivo Camarário

e fossem estes a apresentar as alterações. A isto responde o Sr. Presidente que tal não é verdade, pois entregou as alterações sugeridas àqueles Vereadores porque, nessa mesma terça-feira, foi remetida a convocatória para a reunião Camarária onde constava a minuta dos Acordos. Assim, as alterações que seriam propostas diretamente pela Junta já não poderiam ser aditadas a não ser que fossem propostas na própria reunião do Executivo da Câmara por um dos seus Vereadores, o que de facto aconteceu. -----

A Vogal Carla Sousa considera que este processo é muito estranho pois inicialmente a questão que se colocava era se o dinheiro transferido era suficiente e se as verbas assegurariam os serviços que deveriam ser prestados, tendo-se concluído que, apesar de não ser com muita margem de manobra, os montantes transferidos seriam suficientes para o cumprimento das competências delegadas.-----

A Vogal Secretária Teresa Raposo demonstra o seu receio com o facto de estarmos a alterar a anterior posição do Executivo, sem que, do lado da Câmara Municipal exista ainda a demonstração da existência do estudo de opinião que se comprometeram a apresentar, levando a que esta possa protelar a sua exibição durante muito mais tempo. -----

O Sr. Presidente sugere que se aguarde a resposta do Presidente da Câmara ao que será questionado no dia de amanhã em reunião acerca do ponto da situação sobre o estudo requerido e só depois se delibere em sede de Executivo da Junta de Freguesia, ao que o Vogal João Morgado responde que o mais certo será obter-se como resposta que o parecer está já pedido, pelo que não vê necessidade de se adiar mais a nossa deliberação. -----

A Vogal Carla Sousa questiona se a assinatura da minuta do protocolo referente a Ermesinde está dependente desta discussão do nº 2 ao que o Vogal João Morgado responde que a minuta foi já assinada em sede de Assembleia Municipal pelos representantes de todos os partidos, tendo a Câmara assumido o compromisso de proceder, no prazo de três meses, à realização de um estudo sobre a legalidade dessa delegação de competências, estudo esse que o Sr. Presidente acha que não irá existir ou irá suportar-se na inexistência de lei habilitante para que a competência não seja delegada. Termina o Sr. Presidente por dizer que a questão prende-se essencialmente com a transmissão de competências de fiscalização e a correspondente transferência do produto das coimas aplicadas. -----

A mesma Vogal questiona se existem garantias acerca da existência desse estudo ao que o Vogal João Morgado lhe responde que, tal como é dito pelo Vogal Adelino Soares, aos restantes membros do Executivo Camarário caberá sempre pressionar para a celeridade de todo este processo. O Sr. Presidente acrescenta que depois da minuta assinada, tudo o que for feito "*à posteriori*" poderá já não ter aplicação prática. ----- Colocada a proposta do Vogal João Morgado de aprovação dos Acordos de Execução por parte da Junta de Freguesia, retificando a posição assumida em Maio deste ano, foi esta aprovada com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e com os votos contra dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata. -----

Terminada a votação o Sr. Presidente declara que irá comunicar à Câmara Municipal esta tomada de posição, e que será constituído um grupo de trabalho, constituído por um elemento de cada força política representada no Executivo, para definir a operacionalização das competências nomeadamente se e onde serão arrendados espaços para os funcionários afetos aos serviços, considerando que sem a reunião destes requisitos será impossível executar as competências transferidas. Refere que o mesmo grupo de trabalho deverá definir qual o momento em que a Junta estará capaz de poder exercer as novas competências. Apresenta também uma declaração de voto, em que diz que em todo este processo a sua preocupação foi a de colocar o mínimo de entraves aos acordos de execução, tendo a perfeita consciência que iremos atravessar grandes dificuldades, comprometendo-se a fazer o seu melhor, uma vez que é ele que assume a posição de Presidente da Junta, mas declina qualquer responsabilidade pelo facto de, eventualmente, este acordo vir a revelar-se danoso para a Freguesia. Declara que a partir do momento em que considere que a execução do acordo interfere e prejudica a execução do Plano de Investimento da Junta de Freguesia, fará essa comunicação ao Executivo para que este delibere o que pretende fazer face à situação. -----

Ponto dois – Prescrição a favor da freguesia de jazigos, sepulturas perpétuas e mausoléus considerados abandonados. -----

O Sr. Presidente passou a ler a proposta de deliberação que pretende apresentar, explicando o seu alcance aos restantes membros do Executivo.

O Vogal João Morgado questiona se este procedimento vertido na minuta terá carácter excecional, ou seja, de ultimo recurso, ao que o Sr. Presidente responde que numa primeira fase o intuito é descobrir todos os familiares e herdeiros que possam ser titulares do jazigo e convidá-los a regularizar a situação beneficiando as partes titulares da grande maioria do jazigo através da negociação direta. -----

O Sr. Presidente aproveita para dizer que teremos também no futuro alguns problemas com as sepulturas do geral pois há muitas que estão abandonadas o que impede a sua remissão. -----

Em relação à deliberação, diz ainda o Sr. Presidente que, com vista a compensar financeiramente todo este processo que implica inúmeras notificações e publicações, será necessário alterar a fórmula de cálculo do

valor do terreno. Considera que existindo já a construção do jazigo o terreno encontra-se valorizado, pois quem o adquirir já não necessita de despende o encargo com a construção. Tendo em conta estes argumentos, sugere que, nos casos abrangidos por esta deliberação, seja aplicada duas vezes a taxa normal prevista para a concessão dos terrenos. Corrige a deliberação proposta de maneira a que seja possível, na segunda fase, proceder à divisão em partes iguais por todos. -----

A deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu a reunião por encerrada. -----

A JUNTA













